



Os chineses chegaram



9

TEXTOS PARA DEBATE

SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO PT

Publicado pela Secretaria de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores – Brasil – www.pt.org.br

Iole Iliada Lopes – Secretária de Relações Internacionais do PT

Equipe da Secretaria:

Edma Valquer (edma@pt.org.br); **Fábio El-Khouri** (sri@pt.org.br); **Terra Budini** (terra@pt.org.br); **Wilma dos Reis** (wilma.reis@pt.org.br); **Valter Pomar** – Miembro de la Dirección Nacional y Secretario Ejecutivo del Foro de São Paulo (pomar.valter@gmail.com).

PARTIDO DOS TRABALHADORES – Integrantes da CEN para o biênio 2010/2014

Comissão Executiva Nacional (CEN) – (Direito a voto e voz)

Rui Falcão – Presidente; **José Guimarães** – Vice-presidente; **Fátima Bezerra** – Vice-presidente; **Elói Pietá** – Secretário Geral; **João Vaccari Neto** – Secretário de Finanças; **Paulo Frateschi** – Secretária de Organização; **André Vargas** – Secretário de Comunicação; **Renato Simões** – Secretário de Movimentos Populares; **Jorge Coelho** – Secretário de Mobilização; **Carlos Henrique Árabe** – Secretário de Formação Política; **Geraldo Magela** – Secretário de Assuntos Institucionais; **Iole Iliada Lopes** – Secretária de Relações Internacionais; **Humberto Costa** – Líder do PT no Senado; **Paulo Teixeira** – Líder do PT na Câmara; **Maria do Carmo Lara** – Vogal; **Benedita da Silva** – Vogal; **Mariene Pantoja** – Vogal; **Arlete Sampaio** – Vogal; **Virgílio Guimarães** – Vogal; **Fátima Cleide** – Vogal

Membros observadores da CEN – (Direito a voz sem direito a voto)

João Felício – Secretário Sindical Nacional; **Valdemir Rodrigues Pascoal** – Secretário Nacional da Juventude; **Edmilson Souza** – Secretário Nacional de Cultura; **Júlio Barbosa** – Secretário Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento; **Laisy Molière** – Secretária Nacional de Mulheres; **Cida Abreu** – Secretária Nacional de Combate ao Racismo; **Elvino Bohn Gass** – Secretário Nacional Agrário

São Paulo – Rua Silveira Martins, nº 132, Centro, CEP 01019-000
São Paulo-SP, Brasil. E-mail: sri@pt.org.br – Tel. (+5511) 3243-1377
Fax (+5511) 3243-1359.

Brasília – SCS Quadra 2 – Bloco C – nº 256 – Edifício Toufic
CEP 70302-000 – Brasília-DF, Brasil. Tel. (+5561) 3213-1373/1423
Fax (+5561) 3213-1397

Índice

Apresentação	5
Os chineses chegaram	7
China, pobre e em desenvolvimento	10
O contexto internacional da virada chinesa	12
A singularidade chinesa	15
Os estágios da industrialização chinesa	18
Problemas da estratégia de industrialização chinesa	23
Os caminhos do desenvolvimento tecnológico chinês	25
O 12º Plano Quinquenal da China	30
Política da China para a América Latina	33
Oportunidades nas relações Brasil-China	36
China: capitalista ou socialista	39
Sobre o autor	41

Apresentação

Este caderno de debates contém um texto preparado por Wladimir Pomar, para subsidiar a preparação da delegação que o Partido dos Trabalhadores enviará à China no ano de 2011.

As relações entre o PT brasileiro e o PC chinês tiveram início ainda nos anos 1980, quando uma delegação integrada por Jacó Bittar, Luiz Gushiken e Wladimir Pomar visitou a China.

As relações se intensificaram no início do terceiro milênio, sendo que em abril de 2004 foi assinado um protocolo de cooperação entre os dois partidos. A assinatura ocorreu por ocasião da visita, à China, de uma delegação do PT, chefiada pelo então Presidente José Genoino. Compuseram a delegação Paulo Delgado, Delúbio Soares, Valter Pomar e Fátima Cleide.

De 12 a 20 de setembro de 2007, nova delegação petista viaja à China. A delegação foi composta por Ricardo Berzoini, Joaquim Soriano, Valter Pomar, Paulo Ferreira, Gleber Naime, Marinete Meres, Romênio Pereira, Neila Batista, Vladimir Garreta e Selma Rocha, esta última pela Fundação Perseu Abramo.

De 19 a 20 de maio de 2008, como parte das iniciativas previstas no protocolo de cooperação entre os dois partidos, é realizado em São Paulo o seminário: “China: qual socialismo?”.

De 14 a 20 de maio de 2009, ocorre a visita de outra delegação, desta vez chefiada pelo secretário-geral nacional José Eduardo Cardozo e integrada por Valter Pomar, Joaquim Soriano, Romenio Pe-

reira e Humberto Costa. Nilmário Miranda e Iole Ilíada também participam, pela Fundação Perseu Abramo.

Esta visita teve um diferencial importante, que foi o seminário de dois dias, com textos apresentados previamente e um bom debate entre os brasileiros e a parte chinesa, proveniente de vários departamentos (acadêmicos do Partido e diretamente partidários) diferentes.

Ainda em 2009, a Fundação Perseu Abramo publicou o livro *Brasil & China em debate*, organizado por Wladimir Pomar, com o material dos dois primeiros seminários PT-PCCh.

Nos dias 4 e 5 de fevereiro de 2010, prévio ao IV Congresso do PT, foi realizado em Brasília o III Seminário PT-PCCh. Na ocasião, avançamos no debate conjunto sobre propostas para uma nova ordem internacional e sobre as visões do Brasil e da China sobre América Latina, África e Ásia.

No ano de 2011, ocorrerá nova visita de uma delegação petista à China e o quarto seminário entre as partes. O texto de Wladimir Pomar, que publicamos neste caderno de debates, é um subsídio ao debate que precede estas atividades.

Iole Iliada

Secretária de relações internacionais do PT

Os chineses chegaram

Wladimir Pomar

Contradizendo as previsões negativas e as resistências de diferentes tipos, que iam da possível ausência de sustentabilidade em seu crescimento, aos preconceitos gerais a respeito dela, a China se transformou, no período de uma década, de um parceiro comercial e econômico de segunda ou terceira categoria, no principal parceiro internacional do Brasil.

Conforme estudo recente do IPEA, 7,3% do total das importações brasileiras eram provenientes da China, em 2005, saltando para 14,5%, em 2010, no valor de US\$ 21,4 bilhões. As importações dobraram em cinco anos. Em 2005, 10% das importações vinham de apenas 6 setores industriais de um universo de 19 setores. Em 2010, esses mesmos 10% passaram a vir de 12 setores daquele universo de 19.

O estudo também aponta que, nesses cinco anos, as importações de produtos chineses intensivos em recursos naturais cresceram apenas 0,7%, enquanto os produtos intensivos em ciência e tecnologia cresceram 11,1%. Os produtos chineses intensivos em trabalho representam hoje 40% das importações feitas pelo Brasil, enquanto os produtos intensivos em ciência e tecnologia já representam 26,4%.

Os setores brasileiros mais afetados pelas importações e concorrência chinesas são os eletrônico, têxtil, materiais elétricos, vestuário e máquinas e equipamentos, setores cujos produtos têm uma participação inferior a 1% no comércio internacional. Os menos afetados são os alimentos, couros, metalurgia, bebidas, calçados, papel e celulose.

Por outro lado, a China se tornou a maior compradora de soja, minério de ferro e petróleo brasileiro, o que tem garantido um superávit do Brasil na balança comercial entre os dois países. A China também tem comprado do Brasil carnes congeladas, couros, calçados, fumo, cosméticos, frutas secas, suco de frutas, instrumentos e aparelhos para medicina, auto-peças, máquinas agrícolas e máquinas para trabalhar couro.

Ou seja, enquanto os produtos intensivos em ciência e tecnologia estão praticamente ausentes das importações realizadas pelos chineses a partir do Brasil, os produtos intensivos em trabalho e, principalmente, intensivos em recursos naturais representam os maiores volumes. O que tem levado alguns analistas, que nada diziam quando os maiores compradores de produtos minerais e agrícolas eram os norte-americanos e europeus, a sugerir agora que a China está “saqueando” os recursos naturais brasileiros, com sua “demanda insaciável por *commodities*”.

Porém, além do comércio bilateral, os chineses também estão investindo pesadamente no Brasil, provavelmente chegando, em 2010, ao lugar de maiores investidores. Desde o final dos anos 1990, a Huawei e a ZTE, fabricantes de componentes de alta tecnologia do setor de telecomunicações, instalaram plantas no Brasil e participam ativamente do mercado brasileiro. Desde 2006, a CITIC participa na construção da Usina Candiota III e da Siderúrgica do Atlântico.

Depois disso, o Banco de Desenvolvimento da China aportou US\$ 10 bilhões, para a Petrobras levar adiante os planos de exploração do pré-sal. A Sinochen, por sua vez, comprou por US\$ 3,07 bilhões 40% do campo de Peregrino, controlado pela norueguesa Statoil. A Sinopec fez um aporte de US\$ 7,1 bilhões na filial brasileira da Repsol e tudo indica que investirá em outros campos de exploração e produção petrolífera.

Há muito, a Baosteel se esforça para construir uma usina siderúrgica no Brasil em parceria com a Vale, mas por razões ainda pouco explicadas seus planos não se concretizaram. Enquanto isso, a State Grid comprou da Abengoa a participação nas linhas de transmissão da Plena. A Wuhan Steel (Wisco) assinou um acordo de parceria com o grupo do empresário Eike Batista para investir US\$ 5 bilhões no desenvolvimento da produção de minério e de aço.

A XCMG e a SANY, duas empresas fabricantes de máquinas de construção pesada, já estão no Brasil e anunciaram seus planos para instalação de plantas de produção. Também já estão no Brasil a Zoomlion, a Liugong e a XGMA, todas as três fabricantes de máquinas de construção pesada. E a China Railway está disposta a investir na construção da ferrovia de alta velocidade entre Rio e Campinas.

O Banco da China já está oficialmente implantado no Brasil, enquanto o Banco de Desenvolvimento da China aguarda o Banco Central lhe dar o registro para funcionamento pleno. E há indícios de que o ICBC, o Banco Industrial e Comercial da China, atualmente o maior banco mundial, também pretenda se instalar no Brasil. Várias indústrias chinesas de bens de consumo durável estão instaladas na Zona Franca de Manaus e há um crescente interesse chinês em participar do processo de desenvolvimento econômico e de industrialização do Brasil.

Assim, queiramos ou não, será necessário encarar o fato de que os chineses não estão apenas chegando. Eles já chegaram, nem sempre para os setores de maior importância para o adensamento das cadeias produtivas brasileiras, simplesmente porque o Brasil, após o desmonte colossal realizado pelos governos neoliberais, ainda não conseguiu recuperar plenamente sua capacidade de planejamento e de elaboração de projetos, nem ter uma política industrial clara.

Além disso, continua disseminada, mesmo em alguns níveis governamentais, uma visão pouco abrangente das potencialidades e possibilidades abertas pela parceria com a China. É verdade que, ao contrário de algum tempo atrás, já não é dominante o pensamento de que o investimento chinês é ruim e deve ser evitado. Hoje, como expressou um alto dirigente empresarial, houve uma evolução no sentido de que “o investimento da China não é ruim, mas temos de ter cuidado para não ficarmos presos a um país complicado”. Ou seja, diante dos fatos, recua-se um pouco, mas o preconceito continua forte.

China, pobre e em desenvolvimento

O Produto Interno Bruto-PIB da China, em 1980, era de US\$ 78 bilhões, pela paridade cambial. Embora havendo dado um salto em relação à sua situação industrial de 1949, e na solução dos três problemas sociais mais prementes de sua sociedade (alimentação, moradia e trabalho para toda a sua população), a China ainda se encontrava no rol dos países atrasados e pobres. Numa população de 1,1 bilhão de pessoas, 700 milhões viviam na pobreza e 400 milhões abaixo dessa linha. O PIB *per capita* era inferior a US\$ 75.

Mas, em 2001, de acordo com o Banco Mundial, o PIB *per capita* chinês se elevara para US\$ 780, calculado pela paridade cambial, e para US\$ 3.291, pela paridade do poder de compra (PPP, na sigla em inglês). Isto significava que o PIB total do país, pela PPP, crescera para US\$ 4,1 trilhões, já à frente do Japão, com US\$ 3,0 trilhões, e atrás apenas dos Estados Unidos, com US\$ 8,4 trilhões. No final de 2009 o PIB *per capita* chinês, pela paridade cambial, havia ultrapassado os US\$ 5 mil, enquanto seu PIB total foi superior a US\$ 7 trilhões, abrindo caminho para também ultrapassar o PIB japonês, pela paridade cambial.

De qualquer modo, no início do século 21, o processo de desenvolvimento chinês romperá com aquela tênue igualdade de 700 milhões de pobres e 400 milhões abaixo da linha da pobreza. Evoluíra para uma sociedade de desigualdade, estimando-se que, em 2010, exista uma classe média alta de mais de 400 milhões de pessoas, uma classe média intermediária de 500 milhões, e uma classe pobre de 400 milhões. Segundo a UNESCO, a população vivendo abaixo da linha da pobreza deve variar em torno de 16 milhões de pessoas, habitando principalmente as zonas montanhosas do oeste.

Embora a desigualdade chinesa aponte para o fato incontestável de que mais de 800 milhões de pessoas foram arrancadas dos níveis da pobreza e elevadas a níveis superiores, a esmagadora maioria dos documentos oficiais chineses repete, sem cessar, que a China ainda é um país pobre. Ela ainda não teria saído da condição de um país com uma grande população de baixa renda, que apenas ingressou no caminho da industrialização e do desenvolvimento econômico e social.

A China considera relevante ser reconhecida como a segunda maior economia mundial, mas a principal preocupação de seus planejadores consiste em saber como dar um salto ainda maior para que toda a sua população alcance um piso de padrão de vida medianamente abastado. Ou aquilo que alguns chineses chamam de “padrão belga” de vida. A partir daí, podem considerar que a China saiu do estágio primário de construção do socialismo e ingressou num estágio intermediário.

Porém, para a esquerda brasileira, em especial para o PT que está na direção do governo, o mais importante talvez consista em saber como a China deu esse salto econômico e social no curto espaço histórico de 30 anos. Parece haver chegado o momento de abandonar as explicações simplistas ou genéricas de que as vantagens da

China residem apenas em suas taxas de câmbio, políticas industriais, infra-estrutura e sistema educacional. Ou num modelo de alta poupança, altos investimentos e manufaturas para exportações. Ou, ainda, de que haveria uma contradição inexplicável entre a capacidade chinesa de enfrentar as crises econômicas mundiais com um “mercado interno tão minúsculo”.

O contexto internacional da virada chinesa

A China iniciou seu processo de reformas e desenvolvimento desses 30 anos no mesmo período de expansão capitalista global e domínio ideológico e político do neoliberalismo, durante o qual o Brasil assistiu a uma das piores quebraadeiras de seu parque produtivo. Esse foi um período em que as corporações transnacionais e seus países pressionaram os países em desenvolvimento, a maior parte deles predominantemente agrários, para abrir totalmente seus mercados, removendo todas as barreiras que impediam o livre trânsito de capitais e mercadorias.

Com isso, pretendiam conquistar os mercados desses países com produtos de alta produtividade de trabalho, ou alto valor agregado. Na ocasião, todos os seus esforços dos países desenvolvidos na constituição da Organização Mundial do Comércio se voltaram para a redução das barreiras tarifárias e não-tarifárias, de tal modo que as mercadorias de baixo custo dos países em desenvolvimento não pudessem competir com seus produtos de alto valor agregado. Num contexto de alta liquidez internacional, as corporações transnacionais atuaram também para comprar plantas concorrentes nos países em desenvolvimento, em muitos casos simplesmente para fechá-las.

Por outro lado, o processo de industrialização de 200 anos de história, em que as grandes potências industriais ampliaram consi-

deravelmente suas exportações de produtos industrializados e sua renda nacional, conduziu inevitavelmente à expansão do mercado mundial e ao estabelecimento de sistemas de comércio baseados no livre comércio, apesar das medidas protecionistas dessas mesmas potências em relação a seu próprio mercado. A pressão principal de seu discurso de livre comércio se dirigiu, sempre, à abertura dos mercados das potências industrialmente mais fracas.

A elevação da renda nacional dos países industriais, por sua parte, ampliou a desigualdade econômica mundial e aumentou os custos de suas indústrias tradicionais. A elevação desses custos quase sempre ocorreu através da elevação do *status* das suas indústrias de serviços, que requeriam o livre comércio por parte dos países em desenvolvimento. Paralelamente a isso, para rebaixar seus custos de produção, essas indústrias procuravam transferir suas operações para países de menor preço da força de trabalho, exigindo maior abertura dos mercados para os capitais de investimento.

Nesse processo, os países capitalistas desenvolvidos impuseram a liberação dos mercados dos países em desenvolvimento, incluindo a reforma ou adoção de leis, regulamentos, sistemas e políticas que fossem favoráveis às indústrias que as corporações dos países desenvolvidos pretendiam transferir. Durante os anos 1950 a 1970, por exemplo, o Brasil assistiu à abertura para as indústrias farmacêutica, automobilística e naval, o que incluiu a necessidade de construir uma importante infra-estrutura de rodovias, e uma certa divisão de tarefas entre as empresas privadas estrangeiras e as empresas privadas e estatais nacionais.

Por outro lado, em todos os períodos de expansão capitalista internacional, nos últimos 200 anos, essa transferência industrial carregou consigo a transferência e a disseminação de tecnologias nos países não desenvolvidos industrialmente. Para garantir também seus

lucros nessas transferências tecnológicas, as corporações exigiam o fortalecimento das regras e leis referentes aos direitos de propriedade intelectual.

Apesar de tudo, a transferência de meios de produção, na forma de capitais, máquinas e tecnologias, sempre promoveu, de uma forma ou outra, o desenvolvimento de indústrias locais, em especial nos diversos elos das cadeias principais. O que acabava por aumentar, às vezes velozmente, o volume dos produtos industriais importados pelas potências desenvolvidas a partir dos países em desenvolvimento, dificultando o uso de medidas protecionistas, por tratar-se de produtos fabricados por plantas transferidas por suas próprias corporações.

Processo idêntico ocorreu na nova globalização iniciada nos anos 1970-80. As grandes segmentações industriais e re-localizações não foram senão variantes dos processos de transferências industriais e tecnológicas dos períodos anteriores, embora numa escala muito mais ampla. Os países agro-industriais de menores custos de recursos materiais e humanos eram preferidos a países agro-industriais de maiores custos de recursos materiais e humanos. O que incluía, ainda, avaliações sobre a infra-estrutura e a estabilidade social e política. E todos foram submetidos a uma competição feroz para adaptar-se a tais exigências de custos mínimos e de abertura total, que às vezes se mostraram mortais, como quase ocorreu com o Brasil.

É nesse contexto que a China decide participar da globalização e se aproveitar do processo geral de reestruturação das corporações transnacionais em sua nova expansão mundial, mas tomando em consideração a situação singular interna da China, assim como sua singularidade no quadro internacional, situação essa sem similaridade com outros países.

A singularidade chinesa

No final dos anos 1970, a China havia saído de sua revolução cultural de 10 anos, que tentara resolver o problema do desenvolvimento do país a partir da participação ideológica e política das grandes massas de seu povo. O esgotamento desse movimento massivo levou o PC chinês não só a reavaliar sua experiência revolucionária, mas também a retomar algumas teses caras a Marx, sobre a necessidade histórica de esgotar todas as possibilidades de desenvolvimento de uma formação social antes de passar completamente a uma nova formação social.

Em outras palavras, os comunistas chineses, que haviam dirigido a revolução política em aliança com a burguesia nacional, contra os latifundiários, imperialistas e burgueses associados a essas classes, e dirigiam o poder político, viram-se na contingência de passar a considerar o socialismo como uma sociedade de transição.

Nesta, as formas sociais de propriedade, como as estatais, cooperativas e outras propriedades públicas, deveriam conviver e disputar com formas individuais, familiares e capitalistas de propriedade, de modo a desenvolver as forças produtivas, principalmente através da industrialização. Em tais condições, o mercado deveria continuar presente e atuar como principal instrumento de determinação dos preços.

No entanto, para enfrentar a missão da industrialização seria necessário, em primeiro lugar, verificar o papel que sua imensa população de mais de um bilhão de habitantes deveria desempenhar, para o bem ou para o mal. Em comparação com a população dos 7 maiores países industriais desenvolvidos, que representavam 12% da população mundial, a China continha 21% dessa população total. A população chinesa corresponde hoje, aproximadamente, a oito vezes a população brasileira, num território de área relativamente semelhante.

Por outro lado, os países desenvolvidos haviam completado sua industrialização num período de 200 anos, enquanto a China se via impelida a resolver a sua em bem menos tempo. Em certo sentido, a decisão de industrializar a China apresentava, além do problema populacional, os problemas relacionados com o solo, recursos naturais, ecologia e meio ambiente, nenhum deles enfrentados pelos países desenvolvidos em sua época inicial de industrialização.

Tendo 21% da população mundial, a China ocupa apenas 7% da área terrestre total, aí incluídos dois grandes desertos, o de Gobi e Tamataklan. Sua área agrícola também abrange apenas 7% da área agricultável global, enquanto suas áreas de pastagens, em geral utilizáveis apenas por seis meses a cada ano, ocupam 9,3%. Suas áreas florestais representam 3,3%, e seus recursos hídricos 7% do total mundial. Sua situação só é melhor no que se relaciona às reservas de carvão, 11% da mundial, e às reservas minerais, 12% da mundial. Neste último caso, porém, dos 200 sítios comprovados, apenas 10% estão em exploração.

Além disso, a China também não poderia, no contexto internacional do final do século 20, externalizar as desigualdades criadas pelo processo de industrialização, como haviam feito, por exemplo, a Inglaterra e a Itália, exportando grande parte de seus excedentes populacionais para os novos territórios do Novo Mundo e da Austrália. Ou seja, ela não podia usar o fluxo internacional do trabalho como uma das formas de otimização de recursos. Teria que administrar o excesso populacional como um problema exclusivamente doméstico, a não ser que quisesse enfrentar atritos internacionais sérios.

A hipocrisia norte-americana sobre essa situação ficou evidente quando Reagan, em visita à China, exigiu que os chineses abrissem suas fronteiras e deixassem os chineses saírem livremente. Quando Deng Xiaoping lhe perguntou quantos milhões ele permitiria que

entrassem nos Estados Unidos, para iniciar o fornecimento dos vistos de saída, Reagan teve que recuar. O fato é que, para otimizar a alocação de recursos, aí incluída sua imensa força de trabalho impedida de se internacionalizar, a China teria que transformar tais recursos em quantidades de produtos industriais comercializáveis.

Portanto, a China teria que produzir grande quantidade de produtos de qualidade inferior e média, comercializáveis tanto no mercado doméstico de baixa renda, quanto no mercado internacional. Sua industrialização deveria basear-se inicialmente na produção e exportação de produtos industriais de baixo custo e baixo preço, evoluindo com o tempo para produtos industriais de qualidade BB (baratos e bons). Por outro lado, o ilimitado suprimento de força de trabalho de baixa renda, demandando produtos BB, evitaria a elevação dos custos do trabalho por um longo período, mantendo-os numa proporção próxima a 1/10 dos custos da força de trabalho do Japão.

Nessas condições, as vantagens nos preços teriam que se tornar um fenômeno histórico inevitável e essencial ao processo de industrialização chinesa. Por um longo tempo, os baixos preços deveriam ser a maior vantagem competitiva dos produtos chineses. E deveriam se transformar, também, no maior atrativo e no maior desafio para qualquer um que desejasse entrar no mercado chinês, seja para tirar partido de seu tamanho, seja para competir no mercado internacional.

Em virtude de ser um estado unificado multinacional, com heranças de profundas diferenças regionais milenares e, ao mesmo tempo, com uma pré-industrialização dispersa pelos temores da Guerra Fria, a China também não poderia seguir os mesmos procedimentos e as etapas seguidos na industrialização dos países desenvolvidos. Ela teria que completar a pré-industrialização simultaneamente com a industrialização e a pós-industrialização, tendo em vista os desafios da globalização.

Esse quadro complexo, de imensa massa populacional e de desigualdades regionais e de recursos, apresentava ainda problemas sérios de instabilidade e insegurança social. O que impunha a elaboração e execução de programas de suporte aos mais pobres e aos que não obtinham sucesso no novo ambiente de competição no mercado. Sem um monitoramento fino desses problemas, de modo a manter uma estabilidade social e política e ampliar constantemente a seguridade social, os inevitáveis subprodutos negativos da industrialização, como as desigualdades de renda, a corrupção e outros detritos poderiam transformar-se em atritos e conflitos sérios, tanto sociais quanto políticos.

Para completar o rol de desafios, a China não poderia industrializar-se rapidamente sem contar com o mercado internacional, seja para colocar seus produtos de baixo preço, seja para importar capitais e tecnologias. O que impunha à China aceitar os regulamentos internacionais e abrir-se para o mundo, incluindo a perspectiva de formação da OMC, de negociar seu ingresso nessa organização e subordinar-se às suas regras. Portanto, desde o início, a China teria que se inserir na competição internacional, o que a obrigava a melhorar a competitividade de suas empresas e sua competitividade industrial global. A estratégia de produtos de preços baixos seria colocada à prova desde o primeiro momento.

Os estágios da industrialização chinesa

A rigor, a China possuía uma certa vantagem para a nova alavancagem de sua industrialização. Ela construía, nos 30 anos precedentes, uma indústria básica importante, compreendendo grandes siderúrgicas, indústrias químicas, indústrias fabricantes de máquinas pesadas, aeronáuticas e navais, que se encontravam dispersas por

todo o país. E possuía uma razoável infra-estrutura de transportes ferroviários e fluviais. Sua agricultura, tendo por base a economia familiar, já produzia 380 milhões de toneladas de grãos, em 1980.

Sua indústria de bens de consumo era, porém, muito pouco desenvolvida, em virtude da maior parte dos investimentos haverem se dirigido para as indústrias de base. As pequenas indústrias desse setor, grande parte delas instaladas durante o período das comunas populares, para suprir as necessidades da população local em caso de guerra, também estavam dispersas pelas áreas rurais e não possuíam capacidade para suprir as necessidades de todo o país. O resultado era uma grande escassez desses bens e sua distribuição racionada.

Essa situação acabou por se tornar positiva para a retomada do desenvolvimento industrial porque criou uma poupança forçada, durante 30 anos, em virtude da política de pleno emprego, em que cada posto de trabalho empregava três pessoas (a chamada política 3 para 1). Quando a nova política de economia de mercado e de vários tipos de propriedade foi implementada, essa poupança acumulada foi a fonte de rápida multiplicação de pequenas empresas industriais e de serviços, com as empresas industriais rurais tomando um vulto inesperado.

Vista em perspectiva, e tomando por base essa singularidade, a China atravessou quatro estágios para participar da competição global. No primeiro estágio, com base em sua própria poupança e base industrial já instalada, a China podia atender a seu mercado de baixa renda e participar da competição de recursos, atraindo capitais e tecnologias estrangeiras para ampliar sua industrialização e absorver tecnologias estrangeiras. Re-inventar a roda não fazia parte de sua política. Esse estágio compreendeu toda a década de 1980 e uma parte dos anos 1990.

No segundo estágio, de fortalecimento de seus próprios capitais, a China procurou tirar vantagens de sua escala produtiva, firmar suas

marcas, aprender a trabalhar o marketing e operar os financiamentos. A multiplicação de indústrias tradicionais de bens de consumo de baixo custo e uma imensa população sedenta desses produtos combinaram-se para criar uma escala produtiva desconhecida no resto do mundo.

Paralelamente, a absorção de capitais e tecnologias externos permitiu transformar indústrias tradicionais em indústrias modernas, com marcas que começaram a ingressar no mercado internacional, como são os casos da Hair e da Lenovo, utilizando-se dos até então desconhecidos mecanismos de marketing e financiamento. Este estágio ocorreu ao mesmo tempo em que o anterior se desenvolvia, misturando-se com ele durante os anos 1980. Ainda hoje é possível encontrar regiões em que ambos os estágios permanecem presentes.

No terceiro estágio, de competição de produtos e vendas, ganharam destaque a estratégia do mercado de capitais, a estruturação dos sistemas empresariais, aí incluída a clarificação dos direitos de propriedade, e as operações globais. Este estágio teve início em meados dos anos 1990 e, em certa medida, permanece ainda hoje, convivendo com o segundo e com o quarto estágios, este último já em curso.

No quarto estágio, tornaram-se os fatores mais importantes a pesquisa e o desenvolvimento, a aquisição de direitos de propriedade intelectual e de patentes, os avanços nas tecnologias fundamentais, e a superação, paulatina e no longo prazo, dos momentos anteriores.

A estratégia de baixos preços dos produtos teria que repercutir, como repercutiu, internacionalmente. Ela causou fricções de diferentes tipos, como ações *anti-dumping*, superávits comerciais desproporcionais, pressões constantes para a valorização da moeda chinesa (RMB ou yuan) etc. Por outro lado, como também era esperado, associada à melhoria e amplitude do mercado chinês de baixa renda e às boas condições macroeconômicas e legais, ela funcionou positivamente na atração de capitais estrangeiros.

Mais cedo do que os próprios chineses pensavam, as corporações industriais desenvolvidas se deram conta de que apenas movendo suas plantas industriais e seus centros de pesquisa e desenvolvimento para a China elas poderiam manter sua competitividade e ganhar vantagens na competição de produtos BB. Os homens de negócio de Hong Kong, Macau e Taiwan foram os primeiros a descobrir essas vantagens da estratégia de baixos preços e realizar investimentos diretos na China continental quando a política de Zonas Econômicas Especiais começou a ser implantada, em 1979, com incentivos liberais para os investimentos estrangeiros.

Em 2003, os investimentos estrangeiros diretos na China somaram US\$ 15 trilhões, em termos de volumes contratados, enquanto os efetivamente recebidos chegaram a US\$ 499,7 bilhões. Atualmente, o influxo de capitais para a China excede suas necessidades, embora o país continue sendo o principal destino dos investimentos estrangeiros diretos. Em 2009, esses investimentos chegaram a US\$ 100 bilhões.

As principais razões para essa continuidade residem na constante melhoria do ambiente para os investimentos, nas reformas urbanas que modernizam as cidades chinesas, na flexibilização da mobilidade residencial, permitindo fácil acesso ao mercado de trabalho, e nas estratégias de desenvolvimento do Oeste, revitalização do Nordeste, modernização das áreas rurais, recuperação do meio ambiente e *up-grade* da infra-estrutura rural e urbana.

A industrialização e a elevação constante do padrão de vida da população chinesa, embora desigual, criou um vasto e diversificado mercado. Embora haja um certo consenso de que a China é uma grande absorvedora de *commodities* primárias, essa visão parcial desdenha que ela é também uma grande importadora de produtos industriais, principalmente de bens de capitais e tecnologias. Boa par-

te das máquinas-ferramenta e equipamentos técnicos demandada pela industrialização chinesa precisa ser importada. O mesmo ocorre com produtos intensivos em tecnologias, como fibras petroquímicas e certos tipos de aços.

A abertura ao exterior e a ampliação do mercado doméstico transformaram a China num mercado intensamente disputado pelas corporações dos países desenvolvidos. Mas elas se viram constringidas a instalar suas plantas produtivas nas condições chinesas. O que incluiu, durante mais de uma década, a obrigatoriedade de transferência apenas de unidades fabris que incorporassem altas ou novas tecnologias, a formação de *joint-ventures* com alguma empresa chinesa, e a venda da produção apenas para o mercado externo. Ou seja, a China praticou em sua abertura econômica ao exterior uma forma disfarçada de protecionismo que, ao mesmo tempo, garantia transferências mais baratas de altas tecnologias através da sócia chinesa, e promovia sua entrada no mercado internacional através da sócia estrangeira.

À medida que as empresas nacionais chinesas ganharam musculatura tecnológica e experiência de mercado, a abertura chinesa se ampliou ao ponto em que, atualmente, desde que os investimentos estejam enquadrados no Guia de Investimentos Estrangeiros, qualquer empresa estrangeira pode se instalar no mercado chinês, sem necessidade de associação com parceiros chineses, e num ambiente empresarial em que as leis e políticas são relativamente transparentes e garantem os direitos dos investidores.

Por outro lado, as corporações globais se confrontaram também com uma situação nova no terreno da revolução tecnológica, que pode ser melhor exemplificada pela indústria eletrônica de informação e pela biotecnologia. Essa revolução tecnológica ingressou num período de desenvolvimento, após inúmeras invenções e superações

importantes, em que o antigo monopólio que as corporações exerciam sobre as tecnologias está cedendo lugar a um rápido processo de comercialização, transferência e disseminação. As tecnologias parecem ter se transformado em frutas de estação à venda em feiras livres. Se não forem comercializadas a tempo, como os morangos, podem murchar e ser superadas por remessas mais frescas.

Essa situação empurrou as corporações transnacionais ainda mais fortemente para implantar-se na China e adotar a estratégia de baixo custo e competição diferenciada.

Problemas da estratégia de industrialização chinesa

Embora os produtos chineses apresentem uma clara vantagem competitiva nos preços, eles parecem apresentar, no longo prazo, uma clara desvantagem quando se examina sua competitividade diferencial em qualidade, tecnologia e eficiência.

Em vários setores industriais, como siderurgia, metalurgia, química, energia elétrica, carvão, transportes, máquinas-ferramenta, equipamentos médicos e diversos outros tipos de máquinas, aquela vantagem competitiva diferencial é muito mais importante do que preço. Isso levou a que, a partir do final dos anos 1990, a China passasse a enfrentar o problema de superar o gargalo de sua competitividade diferencial como garantia da sustentabilidade de sua industrialização.

Esse problema também foi enfrentado pelos atuais países desenvolvidos, em algum momento da história de sua industrialização. Mas na China ele assumiu uma dimensão muito maior, tendo em conta a presença massiva de empresas estrangeiras operando em seu território. Numa análise mais atenta sobre o valor agregado obtido pelos setores industriais eminentemente chineses em relação aos mesmos setores em que operam as empresas estrangeiras, descobre-

se que as empresas chinesas detêm menos de 20% do valor agregado obtido pelas empresas estrangeiras da mesma cadeia produtiva.

Isso significava que nem todos os produtos “Made in China” eram produtos “Made by China”, com implicações sérias na renda nacional. A transformação da China em maior fábrica do mundo teve como conseqüência positiva o aumento da renda e do consumo de sua população, o crescimento do emprego e das exportações, e a elevação do produto interno bruto (PIB) e da arrecadação de impostos. No entanto, o crescimento do produto nacional bruto (PNB) se mantinha abaixo do PIB, um problema que poderia rebater negativamente sobre todo o processo posterior de desenvolvimento econômico e social do país.

As corporações transnacionais presentes na China obtinham maior participação no mercado e maiores lucros, re-exportando tais lucros para suas nações e elevando, portanto, suas próprias rendas nacionais. Cerca de 50% das exportações chinesas, ainda hoje, são exportações das empresas transnacionais, demonstrando que tais empresas detêm uma competitividade diferencial superior à das empresas chinesas.

Esse *gap* na competitividade tecnológica entre as empresas estrangeiras e as empresas chinesas agravava, por outro lado, os desequilíbrios regionais, em especial entre as províncias litorâneas e o centro e oeste do país. As forças espontâneas do mercado tendiam a colocar seus recursos nas regiões litorâneas, ampliando aqueles desequilíbrios.

Em virtude disso, a situação geral da China quanto a seu desenvolvimento industrial, no final do século 20, apesar dos avanços reais obtidos até então, era classificada pelos próprios chineses como de grande volume, baixo nível, pouca tecnologia e pequena auto-inovação. Em outras palavras, o grande problema então enfrentado na industrialização chinesa consistia em dar um verdadeiro salto na

inovação tecnológica. Isto é, no progresso tecnológico baseado na auto-inovação, de modo a ultrapassar as empresas industriais estrangeiras na competitividade diferencial e resolver a dicotomia entre o PIB e o PNB.

Por outro lado, o excesso populacional ainda faz com que a pressão por emprego permaneça como um problema social de primeira grandeza. A cada ano a China deve criar cerca de 10 milhões de novos postos de trabalho, de modo a conservar as taxas de desemprego em torno de 3,5% a 4% da população economicamente ativa. Desse modo, o preço de mercado da força de trabalho tende a se conservar baixa ainda por longo tempo. E a introdução de novas tecnologias industriais se confronta, inevitavelmente, com a necessidade de adaptá-las de modo que não agravem o problema do desemprego.

Nos países capitalistas, um aspecto básico da introdução de novas tecnologias é a substituição do trabalho humano. Quanto mais avançadas, ou mais intensivas em capital, mais as tecnologias tendem a substituir as indústrias intensivas em trabalho. Na China, seus avanços tecnológicos não podem seguir o mesmo padrão, pela natureza socialista de sua sociedade e pela escala de sua população. Assim, um dos problemas mais complexos da industrialização chinesa consiste em ter habilidade suficiente para absorver grandes contingentes de força de trabalho, sem perder eficiência e sem deixar de absorver, ao mesmo tempo, novas tecnologias.

Os caminhos do desenvolvimento tecnológico chinês

Desde 1978, quando realizou sua 1ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, a China vem se preocupando em resolver seus problemas de desenvolvimento através da transformação das ciências e tecnologias em forças produtivas capazes de resolver tanto os proble-

mas de atendimento das necessidades humanas, quanto os problemas criados pela própria humanidade na busca desse atendimento.

Conferências idênticas foram realizadas em 1985, 1995 e 2006. Foram elas que deram impulso à elaboração dos Programas Tocha, o primeiro voltado para pesquisa e desenvolvimento nas áreas rurais, em 1986, e o segundo voltado para inovação, em 1988. A conferência de 1995 teve papel saliente na posterior reforma da Academia de Ciências da China, na elaboração do Projeto 985, em 1998, cujo objetivo estava voltado para a criação de universidades de classe mundial, e na elaboração do programa para ampliar o número de graduados, em 1999.

Com base nos resultados desses programas e projetos, no início do século 21 a China decidiu ingressar numa nova fase ou novo estilo de industrialização, tendo como eixo principal a inovação tecnológica e passando a medir com atenção seus índices de competitividade comercial, de performance seletiva de exportações, de vantagens comparativas, qualidade etc.

As tecnologias dos países desenvolvidos do ocidente ainda continuariam sendo a principal fonte de absorção tecnológica, mas a perspectiva chinesa deveria ser o ingresso na fase de alta tecnologia através do engajamento na competição e cooperação internacional, o que necessitava uma mudança radical no ponto de vista tradicional sobre as políticas de proteção comercial.

A China, ainda mais do que antes, deveria observar rigorosamente as regras da OMC, na qual ingressara em 2001, depois de 14 anos de negociações, e apelar a outros países para que fizessem o mesmo.

Paralelamente, seu governo deveria apoiar suas indústrias globais a cooperarem estrategicamente com empresas estrangeiras na produção e na comercialização internacional. E, mais do que isso, apoiar o desenvolvimento de fontes tecnológicas internas e garantir os direitos de propriedade intelectual.

Desde 1980 a China havia aderido à Organização Mundial de Propriedade Intelectual e, em 1985, promulgara sua lei de patentes. Dessa data até 2003, o número de registros excedeu 1,9 milhão. No entanto, como isso ainda representava metade do total japonês e 2/3 do total alemão, seria necessário um esforço ainda mais consistente para superar esse *gap*.

Para isso, os planos quinquenais incluíram uma série de projetos que poderiam ter um papel decisivo no processo de auto-inovação, a exemplo de pesquisa e produção de turbinas a gás liquefeito de grande escala e supercríticas de 600 MW, ferrovias e trens de alta velocidade, equipamentos de transformação e transmissão de corrente contínua acima de 500 KV, navios de alta tecnologia, equipamentos de tratamento de efluentes e de proteção ambiental, sistemas de comunicação de terceira e quarta gerações, TV digital etc.

Um resultado palpável desses projetos é o atual programa de modernização das ferrovias chinesas, cujo piso de velocidade deve ser de 160 km/h, já tendo 7.531 quilômetros de trens de velocidade superior a 250 km/h. O anúncio, em 2010, da construção e operação do computador mais veloz do mundo, com tecnologias próprias, o Tianhe-1, tornou-se uma demonstração de que o empenho no desenvolvimento e na auto-inovação não tinha mais volta para a China.

Por outro lado, ela precisava continuar tomando a questão do emprego como um assunto de maior importância. Não será possível para a China resolver o problema do excesso de população no curto prazo, o que a obriga a um esforço constante na aplicação de políticas efetivas tanto de reciclagem profissional, quanto de seguro desemprego e estímulo às micro e pequenas empresas.

Em função disso, ela estipulou políticas de utilização de vários níveis tecnológicos, algumas sendo altas e outras sendo apropriadas à situação de amplos recursos humanos existentes no país. Isto é possível

vel, sobretudo, porque a imensa população chinesa ainda apresenta níveis muito variados de demandas, e apenas as pequenas indústrias de povoado e cantão englobam mais de 22 milhões de unidades.

No momento, a China está desenvolvendo sua industrialização no contexto de rápida expansão e transferência de indústrias tradicionais. Primeiro porque a estrutura de lucros comparativos empurra a alocação de recursos para as indústrias tradicionais, que possibilitam maior criação de mais-valia absoluta. Em segundo lugar porque o desenvolvimento da indústria chinesa de alta tecnologia ganha vantagem comparativa ao ser transferida das indústrias tradicionais.

Em muitas áreas da indústria chinesa são evidentes os indicadores de que as indústrias de alta tecnologia começaram como elos secundários de cadeias produtivas manufactureiras e de montagem, e se desenvolveram como tais. Por exemplo, a atual indústria de componentes e equipamentos de telecomunicações se desenvolveu como indústria de alta tecnologia a partir de linhas de montagem de componentes importados de outros países. A atual indústria chinesa de computadores também teve início com componentes de baixa tecnologia, primeiro na montagem e, depois, se expandindo para a produção de componentes de alta tecnologia.

Durante esse processo de industrialização de alta tecnologia, a China acreditou que a segmentação e a interação entre diferentes indústrias podia lhe permitir um desenvolvimento na indústria como um todo e, ao mesmo tempo, na indústria de alta tecnologia, em particular. Desse modo, as indústrias de alta tecnologia e as indústrias tradicionais puderam obter um grau relativo de integração, permitindo às primeiras injetar tecnologias nas segundas, e elevar a competitividade de ambas.

Os chineses contam com as altas tecnologias para solucionar seus tradicionais e atuais problemas ambientais. Sua densidade populacio-

nal não lhes permite passar pela alta poluição, primeiro e por um longo período de quase 200 anos, como fizeram os países desenvolvidos, para só depois solucioná-la. Têm consciência de que 30 anos de industrialização, num país que agora possui 1,3 bilhões de habitantes, já foram mais do que suficientes para criar um problema de magnitude num planeta poluído além dos limites.

Mas também sabem que altas tecnologias exigem tanto investimentos em educação e em P&D, quanto um mercado relativamente maduro para absorvê-las. O berço para o desenvolvimento das altas tecnologias é formado pelos produtos do progresso científico, em grande parte realizados nas universidades e centros científicos. Não por acaso os investimentos chineses em P&D cresceram a uma média de 20% ao ano, desde 1991, quando somaram US\$ 5 bilhões, ou 0,1% do PIB. Em 2000 alcançaram US\$ 20 bilhões, ou 0,4% do PIB, saltando para US\$ 85 bilhões, ou 1,4% do PIB, em 2007. Em algumas regiões do país, os índices de investimento são mais elevados do que o maior nível mundial.

No entanto, a concretização dessas tecnologias deve ser realizada pelas empresas. Isso tem levado o governo chinês a elaborar programas que orientem a competição no mercado de modo a que desenvolvam as tecnologias empresarias, ao mesmo tempo em que eleva os investimentos em ciências e tecnologias e procura universalizar o uso destas. Apesar disso, o índice de inovação continua, em média, mais baixo do que o dos países desenvolvidos, embora algumas regiões já possuam índices tão elevados quanto os daqueles países.

Atualmente há empresas que continuam utilizando tecnologias estrangeiras, principalmente nas áreas eletrônicas e de telecomunicações. Mas cresce o número de empresas, em particular no setor aeronáutico, que estão realizando altos investimentos no sentido de criar novas cadeias tecnológicas por esforço próprio. Em 2005, nas

empresas chinesas havia 1,36 milhão de pessoas engajadas em ciência e tecnologia. E o número de publicações científicas chinesas, que eram 1,5% do total mundial, em 1990, subiram para 6,0% em 2005.

O 12º Plano Quinquenal da China

A sessão plenária do comitê central do PCCh, realizada em outubro de 2010, estabeleceu as linhas gerais do 12º Plano Quinquenal, a ser apresentado, em março de 2011, à Assembléia Nacional Popular, para debate e aprovação. O PCCh considera que esse plano será implementado numa “etapa crucial para a construção de uma sociedade moderadamente próspera” e num “período de assuntos difíceis”.

Os sucessos obtidos durante o 11º Plano, fundamentalmente um plano de reajustamento, voltado para solucionar uma série de questões sociais agravadas pelo processo de industrialização, foram “conquistados com dificuldade”. A China teria sido colocada diante de uma situação internacional e nacional que apresenta tanto “oportunidades estratégicas” quanto “abundantes riscos e desafios”, inclusive “imprevisíveis”. Nesse contexto, o país terá não só que continuar atendendo às expectativas do povo por uma vida melhor, protegendo e melhorando seu sustento, mas também terá que “adotar o desenvolvimento científico como princípio” e transformar de forma acelerada a “modalidade de seu desenvolvimento econômico e social”.

A transformação da modalidade de desenvolvimento econômico impõe à China uma nova “reestruturação estratégica”, tendo como princípio guia o “crescimento inclusivo”. Seus três temas básicos são o “re-equilíbrio da economia”, a “redução das desigualdades sociais” e a “proteção ao meio ambiente”. Em outras palavras, tendo o “progresso científico e tecnológico e a inovação” como eixos, eles devem estar voltados fundamentalmente para melhorar o nível de vida do

povo e construir uma sociedade poupadora de recursos e amigável com o meio ambiente.

Esses temas básicos incluem a redução do ritmo de crescimento para 7% ao ano, meta que vem sendo buscada desde os anos 1990 e da qual os chineses só conseguiram chegar perto em 2008, em virtude da crise econômica mundial. Incluem, ainda, a promoção do consumo doméstico, elevando-o de 35% do PIB para 50-55%, em 2015, e o estreitamento do *gap* existente entre as rendas, adotando o salário mínimo obrigatório e elevando as alíquotas do imposto sobre valor agregado – IVA. A rede de seguridade social, que avançou consideravelmente durante os cinco anos anteriores, principalmente nas áreas rurais, deve continuar sua marcha de universalização.

A eficiência no uso da energia é um dos principais pontos na proteção do meio ambiente. Deve aumentar o esforço para reduzir a participação do carvão na matriz energética, ao mesmo tempo em que energias renováveis, como a hidráulica, eólica, solar, nuclear, da biomassa e das marés ganham espaço. O uso da energia eólica deu um salto, nos últimos dois anos, de 2 GW de potência instalada para 20GW, e deve continuar crescendo no mesmo ritmo nos próximos anos. A China possui hoje uma potencia hidrelétrica instalada de 200 GW, o dobro da brasileira. E sua área coberta por placas fotovoltaicas, voltadas principalmente para a economia de energia, é uma das maiores do mundo.

Em outras palavras, a China deve procurar um crescimento econômico mais estável, com base nas transformações tecnológicas. As tecnologias devem se voltar fundamentalmente para a auto-inovação, mudando o padrão atual do *Made in China* para o padrão *Projetado na China*, o que envolve a reestruturação e o desenvolvimento de Indústrias Estratégicas Emergentes (SEI, na sigla em inglês, ou

Strategic Emerging Industries), que tenham justamente a auto-inovação como a estratégia chave.

Tudo isso fará com que a China tenha que se esforçar, bem mais do que antes, para elevar a renda da população de forma relativamente rápida e universal e dar destaque à construção social, logrando um progresso substancial na satisfação das demandas de vida e culturais da população. Trata-se de consolidar as bases de uma “sociedade modestamente acomodada”, estimulando “a demanda interna e fortalecendo o poder nacional completo do país, sua competitividade internacional e sua capacidade para resguardar-se de riscos”.

A modernização rural deve continuar o caminho aberto pelo plano anterior, buscando construir uma nova área rural socialista, articular o desenvolvimento entre as regiões rurais e urbanas, modernizar a agricultura, universalizar os serviços públicos e a infra-estrutura das áreas rurais e elevar as rendas dos camponeses. A saúde pública, porém, ganha uma prioridade maior do que antes, esperando-se uma profunda reestruturação do setor farmacêutico, que vinha atuando com muitos riscos para a população, e um desenvolvimento significativo do setor de biotecnologia, com a fusão de empresas e sua internacionalização.

Falando francamente, a China está se preparando para o aprofundamento da crise mundial capitalista, e para os desdobramentos de alto risco que tal crise pode engendrar, fazendo com que sua nova modalidade de crescimento seja impulsionada de maneira conjunta, porém muito mais pelo consumo do que pelos investimentos e exportações. O 12º. Plano abrange, portanto, a implantação de mudanças na estrutura de custos das empresas. O salário mínimo deve causar uma elevação de pelo menos 40% nos salários atualmente mais baixos. Além disso, em conjunto com alíquotas mais altas no IVA, haverá mudanças nos preços das matérias primas e a introdução de taxas relacionadas ao pagamento dos custos ambientais.

Política da China para a América Latina

Em 2008, a China elaborou um novo documento sobre sua política para a América Latina e Caribe, partindo do pressuposto de que, mais do que nos anos anteriores, essa parte do mundo havia se tornado uma parceira estratégica de primeira grandeza para a China. Nesse sentido, a China deveria esforçar-se no seguinte sentido:

- a) Promover o respeito e a confiança mútua com os países dessa região, tratando-os como iguais e fortalecendo o diálogo e a comunicação com eles, especialmente em torno dos assuntos de maior interesse.
- b) Aprofundar a cooperação, tendo por base resultados de benefício mútuo (win-win), nos terrenos político, cultural, social, comercial, econômico e tecnológico.
- c) Manter intercâmbios de alto nível entre governos, legislaturas e partidos políticos, na base da independência, igualdade, respeito mútuo e não-interferência nos assuntos internos de cada um, de modo a aprofundar o conhecimento mútuo, a amizade e a cooperação.
- d) Estabelecer mecanismos de consulta entre os diversos níveis de governo, de modo a aprofundar o diálogo estratégico e a compreensão mútua sobre as relações políticas, comerciais, econômicas, culturais, educacionais, científicas e tecnológicas, e sobre a participação nos fóruns multilaterais;
- e) Estabelecer relações e trocas de experiências entre governos provinciais ou estaduais, e governos de cidades, da China e dos países da América Latina e do Caribe, de modo a aprofundar o conhecimento mútuo e a cooperação em diversos campos políticos, econômicos, sociais e culturais.
- f) Expandir o comércio entre os dois lados e tratar as fricções

existentes na base da consulta, da cooperação e do benefício mútuo.

- g) Estimular e dar suporte a empresas chinesas qualificadas e de boa reputação a investir em unidades industriais, agricultura, silvicultura, pesca, energia, recursos minerais, infra-estrutura e setor de serviços dos países da América Latina e do Caribe, de modo a promover o desenvolvimento econômico e social de ambos os lados, assim como continuar dando as boas-vindas aos investimentos em negócios na China.
- h) Manter consultas das instituições e autoridades financeiras chinesas com suas contrapartes da América Latina e Caribe sobre a situação macroeconômica mundial e sobre as políticas econômicas e financeiras que permitam uma cooperação conjunta. Encorajar os bancos comerciais chineses a abrirem filiais nessas regiões, e se manterem abertos às propostas de acordos de cooperação regulatória.
- i) Promover o intercâmbio e a cooperação científica e tecnológica na área da agricultura, através de programas de treinamento e intercâmbio de técnicos, e intensificar a cooperação sobre a inspeção da fauna e da flora de modo que o comércio agrícola se expanda em segurança.
- j) Estabelecer mecanismos de cooperação e troca de experiências sobre os processos de industrialização, transportes, informações e comunicações, conservação hídrica, energia hidráulica, energias alternativas e outras áreas de infra-estrutura.
- k) Fortalecer o intercâmbio e a cooperação sobre os sistemas alfandegários, de modo a promover a segurança do comércio e combater o contrabando e as fraudes.
- l) Fortalecer o intercâmbio e a cooperação sobre os sistemas de vigilância sanitária, de modo a elevar a ação conjunta e os pa-

- drões para assegurar a qualidade e a segurança dos produtos e alimentos transacionados entre ambos os lados.
- m) Ampliar o turismo e o intercâmbio cultural e esportivo;
 - n) Intensificar a cooperação financeira e a cooperação entre as câmaras de comércio, principalmente através dos Encontros Empresariais de Cúpula China-América Latina e China-Caribe.
 - o) Intensificar a cooperação em Ciência, Tecnologia e Educação, através de comitês bilaterais e outros mecanismos de coordenação e intercâmbio, em especial nas áreas de aeronáutica e astronáutica, bio-combustíveis, tecnologias de recursos e ambientais, tecnologias marinhas e outras áreas de interesse compartilhado. A China se compromete a ampliar a promoção de suas tecnologias em conservação de energia, tratamento médico digital, pequenas hidrelétricas e outros resultados técnicos e científicos de interesse da América Latina e Caribe.
 - p) Promover o intercâmbio e a cooperação no setor de saúde e cuidados médicos, compartilhando experiências em áreas de controle de doenças e emergências médicas, incluindo HIV/AIDS e gripe aviária.
 - q) Aprofundar a cooperação e o intercâmbio do pessoal consular, através de discussões bilaterais e multilaterais sobre assuntos de interesse mútuo.
 - r) Encorajar e promover ativamente o intercâmbio entre as mídias dos dois lados, por meio de níveis e formas múltiplas, de modo a aumentar a compreensão e o conhecimento mútuos.
 - s) Encorajar o intercâmbio entre organizações não-governamentais e instituições acadêmicas de ambos os lados, de modo a aprofundar a cooperação entre as pessoas e os povos e construir a compreensão e a confiança mútuas.
 - t) Cooperar ativamente na troca de informações sobre leis, regu-

lamentos e políticas relacionadas com a proteção ambiental e promover o treinamento, capacitação e habilitação do pessoal envolvido na conservação da biodiversidade e na prevenção e tratamento da poluição e da desertificação.

- u) Cooperar no combate às mudanças climáticas e desenvolver e consolidar a cooperação bilateral sob a estrutura da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, promovendo consultas e informações entre os dois lados.
- v) Estabelecer intercâmbio e cooperação sobre a promoção do emprego e relações trabalhistas, melhoria do sistema de seguridade social, desenvolvimento de recursos humanos e reforma do sistema de serviço social.
- x) Compartilhar informações, experiências e cooperação técnica para o alívio e redução dos desastres naturais, através da constituição de mecanismos apropriados.
- y) Compartilhar informações, experiências e cooperação técnica para a redução da pobreza e a redução do *gap* entre ricos e pobres, através da constituição de mecanismos apropriados.
- z) Realizar intercâmbios militares e o diálogo e a cooperação no âmbito dos assuntos de defesa, justiça, assuntos policiais e segurança não-tradicional, de modo a promover a paz e a estabilidade.

Oportunidades nas relações Brasil-China

Em termos gerais, a China avança rapidamente para se transformar na maior potência econômica mundial, podendo ultrapassar os Estados Unidos nos próximos dez a quinze anos, entre outros motivos porque tem forte clareza de suas próprias debilidades, e enxerga nas ciências e tecnologias, em especial na auto-inovação, seus principais instrumentos para superá-las.

Em suas relações comerciais e econômicas com os demais países ela possui várias vantagens que são aparentemente imbatíveis, como a competitividade de seus produtos, não só relacionados com o baixo custo de sua força de trabalho, mas também com a escala de sua produção e com a eficiência de sua infra-estrutura de transportes, energia e telecomunicações. À medida que seus produtos ganharem mais conteúdo científico e tecnológico, aumentando sua qualidade e eficiência, sua competitividade diferencial deve aumentar. Portanto, mesmo que a China continue valorizando paulatinamente sua moeda (nos últimos dois anos o RMB se valorizou 25%), não se deve esperar que a competitividade chinesa caia.

Por outro lado, a China ainda necessitará importar, por um tempo razoavelmente longo, além de *commodities* minerais e agrícolas, uma série considerável de máquinas e equipamentos. Agora mesmo, com seu novo plano quinquenal, a China apresenta uma lista de oportunidades para empresas estrangeiras participarem nas empresas industriais emergentes (SEI), tendo como foco principal a auto-inovação, assim como nas empresas de serviços, no aperfeiçoamento do sistema de propriedade intelectual e no treinamento e capacitação tecnológica de sua força de trabalho.

Com as medidas previstas no novo plano quinquenal, o aumento do poder de compra da população chinesa será ainda maior do que o ocorrido nos anos anteriores, e o aumento do consumo, incluindo serviços, deve se estender a novas áreas. Nessas condições, setores como o turismo internacional, novos tipos de alimentos, educação no exterior, importação de eventos culturais e outros devem crescer ainda mais rapidamente do que vinham crescendo.

Porém, acima de tudo a China precisará administrar de forma equilibrada o excedente de capitais já existentes e o continuado afluxo de capitais estrangeiros diretos, que tendem a pressionar seu ritmo

de crescimento acima do razoável e elevar as tensões sobre matérias primas, transportes, energia e inflação. A China terá que acelerar a transferência de plantas industriais e tecnologias para outros países, em especial para países em desenvolvimento. Em outras palavras, a China entrou no estágio de desenvolvimento em que necessita exportar capital, embora ainda esteja relativamente longe de haver completado seu desenvolvimento industrial e tecnológico.

Essas são provavelmente as principais oportunidades da situação chinesa, em relação às quais o Brasil talvez devesse dar uma atenção especial, a partir das necessidades de seu próprio processo de industrialização, incluindo capitais e tecnologias, e da disposição chinesa de manter, com a América Latina, uma parceria estratégica.

O Brasil está numa situação muito confortável para aproveitar tais oportunidades. A China é, hoje, o principal mercado para os produtos brasileiros e está se tornando, paralelamente, no maior investidor externo no mercado brasileiro. As parcerias e convergência políticas nos fóruns internacionais são muito superiores às querelas em torno do alho e outros produtos em que os preços chineses aparentam a prática do *dumping*.

Portanto, o problema consiste em saber até que ponto o Brasil está disposto a colocar de lado preconceitos e mitos, pesquisar mais adequadamente as reais oportunidades oferecidas pela China, e se organizar de modo a fazer com que as relações entre os dois países possibilitem incrementar a industrialização brasileira e, ao mesmo, apresentem benefícios mútuos.

Embora o empresariado possa desempenhar um papel importante nesse processo, seus preconceitos, resistências e desconhecimentos a respeito da China inibem suas ações, tornando imprescindível que o governo assuma o papel principal nesse processo.

China: capitalista ou socialista

Para finalizar, sempre vale a pena voltar a uma discussão que envolve a China desde que ela ingressou no caminho das reformas pós-revolução cultural: ela é capitalista ou socialista?

Os chineses garantem que a China é um país socialista com uma economia de mercado, na qual cooperam e disputam formas sociais e formas privadas de propriedade. As empresas estatais desempenham um papel fundamental na orientação macroeconômica e, ao mesmo tempo, na competição microeconômica. E a direção política, segundo eles, é socialista, garantida pelo papel dirigente do Partido Comunista sobre o Estado, que orienta e corrige os desvios e o caos do mercado, no sentido de redistribuir a renda e melhorar o padrão de vida de todo o povo.

Dentro desse espírito, o PCCh reitera constantemente o chamado para “intensificar os esforços no combate à corrupção e na promoção de um governo limpo”, mantendo “a tradição e o estilo de trabalho exemplar do Partido”, como forma de “criar uma boa conduta partidária”, “unir os membros do Partido” e “conquistar o apoio do povo” para “impulsionar a causa do socialismo com características chinesas”. Nesse sentido, considera fundamental “desenvolver a democracia socialista, acelerando a construção de um país socialista sob o regime do direito e consolidando e ampliando a sempre crescente frente única patriótica”.

Em sua última sessão plenária, o PCCh enfatizou a “onda de sérios desastres naturais” que assolou o país, assim como os sucessos relevantes “nos processos de assistência e resgate”. Mas acentuou que “o país continua enfrentando tarefas árduas para re-alocar as pessoas afetadas e reconstruir as áreas de desastre”, tornando indispensável que todos “prestem grande atenção a tais tarefas”. Será pre-

ciso acelerar “os esforços para estabelecer sistemas de avaliação de riscos, redes de monitoramento e sistemas de prevenção e resposta emergencial a desastres”. E “combater de maneira ativa as mudanças climáticas globais”, desenvolvendo a “proteção ambiental”, a “economia de reciclagem”, a “conservação de recursos”, a “construção de um sistema de proteção ecológica e de prevenção e redução de desastres” e a “capacidade de manter um desenvolvimento sustentável”.

Na política externa, o PCCh se comprometeu com a “promoção da paz” e a manutenção da “estratégia de abrir-se ao mundo exterior, através do comércio exterior e da utilização dos investimentos estrangeiros”. A novidade consistiu na ênfase de acelerar a estratégia de “atuar a nível global”, participando “de maneira ativa na governança econômica global e na cooperação regional, criando novas vantagens na cooperação e na competição econômica global”.

O PCCh também explicitou seu desejo de “promover o desenvolvimento pacífico das relações entre ambos os lados do estreito (entre o continente e Taiwan) e a causa da reunificação nacional”. Indicou, ao mesmo tempo, a necessidade de construir “um sistema moderno de defesa nacional e de forças armadas”, com vistas a fortalecer a habilidade do país “para realizar missões militares diversas, com atenção especial na habilidade de ganhar guerras regionais sob condições baseadas na informação”.

Em resumo, o PCCh está empenhado em aprofundar suas políticas de reforma e abertura, seu desenvolvimento econômico e social e suas relações pacíficas com todo o mundo, mas também está se preparando para os piores cenários, tanto naturais quanto produzidos, de forma previsível ou imprevisível, por outras nações.

Sobre o autor

Wladimir Pomar nasceu em Belém do Pará, a 14 de julho de 1936, filho de Pedro Pomar e Catarina Torres. Desde os cinco anos, conheceu a vida da clandestinidade, pela perseguição que a polícia do Estado Novo de Vargas movia às atividades do Partido Comunista do Brasil (PCB), do qual seu pai era membro.

Começou a trabalhar aos doze anos, como aprendiz de linotipista, ao mesmo tempo que fazia o ginásio. Depois trabalhou como repórter e redator nos jornais *Tribuna Popular* e *Classe Operária*. Foi colaborador do jornal *Movimento*, diretor do *Correio Agropecuário*, além de repórter e diretor editorial de *Brasil Extra*.

Adquiriu formação técnica e trabalhou como técnico de planejamento e manutenção de máquinas pesadas da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda (RJ) e Conselheiro Lafaiete (MG). Foi engenheiro de serviços da General Electric, no setor de locomotivas, tendo trabalhado junto às estradas de ferro Leopoldina (RJ) e Leste-Brasileira (BA). Também trabalhou como engenheiro de manutenção da Cerâmica do Cariri.

Militante político desde 1949, quando ingressou no PCB, Wladimir Pomar atuou inicialmente no movimento estudantil secundarista. Em 1951, estudou ajustagem mecânica no Senai, trabalhou na Arno e participou no movimento sindical metalúrgico.

Em 1962, fez parte do movimento que deu origem ao PCdoB. Em 1964, foi preso na Bahia, por ação de resistência ao golpe mili-

tar. Solto no final deste ano, devido a *habeas corpus*, foi julgado e condenado à revelia.

Depois de 1964, colaborou com a imprensa partidária e desenvolveu suas atividades políticas principalmente no interior de Goiás e do Ceará, aqui entre os sindicatos de trabalhadores rurais.

Viveu na clandestinamente até 1976, quando foi preso novamente. Desta vez, durante uma ação militar que assassinou três dirigentes do PCdoB, no bairro da Lapa (SP), um dos quais seu pai.

Foi libertado pouco antes da Anistia, em 1979. Pouco depois, desligou-se da direção do PCdoB e ingressou no Partido dos Trabalhadores.

Entre 1984 e 1990, integrou a executiva nacional do PT, onde foi responsável pela secretaria nacional de formação política, atividade que acumulou com a coordenação do Instituto Cajamar. Em 1986, participou da coordenação da campanha de Lula a deputado federal constituinte. Durante as eleições presidenciais de 1989, foi coordenador-geral da campanha Lula.

Wladimir Pomar é autor de diversos estudos e livros sobre a China, entre os quais *O enigma chinês: capitalismo ou socialismo* (Alfa-ômega); *China, o dragão do século XXI* (Ática); *A revolução chinesa* (Unesp); *China: desfazendo mitos* (Editora Página 13 & Editora Publisher).

É autor, também, de uma trilogia sobre a teoria e a prática das tentativas de construção do socialismo, ao longo do século XX: *Rasgando a cortina* (Brasil Urgente), *Miragem do mercado* (Brasil Urgente) e *A ilusão dos inocentes* (Scritta).

Outra vertente de suas obras aborda a história do Brasil e da esquerda brasileira. É o caso de *Araguaia, o partido e a guerrilha* (Brasil Debates) e de *Pedro Pomar: uma vida em vermelho* (Xamã); *Quase lá, Lula e o susto das elites* (Brasil Urgente) e *Um mundo a*

ganhar (Viramundo); *O Brasil em 1990* e *Era Vargas: a modernização conservadora* (Ática).

Nos últimos trinta anos, publicou e deu entrevistas para diversos jornais e revistas, colaborando regularmente com o *Correio da Cidadania* e com a revista *Teoria e Debate*.

Grande parte de seus textos ainda não foi organizado para consultas, nem publicado em formato de livro. É o caso do romance inédito *O nome da vida*. No prelo, uma coletânea de seus textos políticos. Nos planos de médio prazo, um estudo sobre a dialética marxista.

Casado com Rachel, é pai de três filhos, avô de 11 netos e 2 bisnetos.

Livros de Wladimir Pomar

- *Araguaia, o partido e a guerrilha*. São Paulo: Brasil Debates, 1980.
- *O enigma chinês: capitalismo ou socialismo*. São Paulo: Alfa-ômega, 1987.
- *Rasgando a cortina*. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.
- *A miragem do mercado*. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.
- *A ilusão dos inocentes*. São Paulo: Scritta, 1994.
- *O Brasil em 1990*. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- *China, o dragão do século XXI*. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- *Um mundo a ganhar: revolução democrática e socialista*. São Paulo: Viramundo, 2002.
- *Pedro Pomar: uma vida em vermelho*. São Paulo: Xamã, 2003.
- *Era Vargas: a modernização conservadora*. São Paulo: Editora Ática, 2004.
- *A revolução chinesa*. São Paulo: Unesp, 2004.
- *Pedro Pomar: um comunista militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

- *China: desfazendo mitos*. São Paulo: Publisher e Editora Página 13, 2009.
- *Quase lá, Lula o susto das elites*. São Paulo: Editora Página 13, 2009.
- *Os latifundiários*. São Paulo: Editora Página 13, 2009.